

Perfil socioeconômico dos estudantes de administração oriundos da rede pública de ensino

SOCIOECONOMIC PROFILE OF ADMINISTRATION STUDENTS FROM THE PUBLIC EDUCATION NETWORK

Hiago Patrick Carvalho Renovato¹

Ovídio Alberto R Laraich²

RESUMO

Este estudo identifica e analisa o perfil socioeconômico dos estudantes de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GO que são oriundos da rede pública de ensino. O interesse pelo tema radica na grande quantidade de alunos que vieram da rede pública de ensino para a rede privada de ensino superior como ingressantes na PUC GO. Trata-se de uma pesquisa descritiva explicando o fenômeno que foi observado com a utilização de dados qualitativos para explicar narrativamente os fatos levantados, além da utilização de dados quantitativos para dimensionar e evidenciar as respostas obtidas. A pesquisa utilizou da aplicação de um questionário com questões padronizadas de natureza objetiva e de múltipla escolha, que foram divididas em duas partes: a primeira parte é projetada para identificar os alunos e entender seus dados pessoais e a segunda parte consiste em questões relacionadas à identificação de seu perfil socioeconômico. Os dados são apresentados e comentados com o auxílio de gráficos que mostram os percentuais das múltiplas alternativas formuladas para cada questão. No final do trabalho são apresentadas as conclusões da pesquisa, mediante a interpretação e análise dos dados levantados.

Palavras-chave: Estudantes. Rede pública. Educação.

ABSTRACT

This study aims to identify and analyze the socioeconomic profile of Administration students at the Pontifical Catholic University of Goiás – PUC GO who come from the public school system. The interest in the topic presented during the study is due to the large number of students who came from the public education network to the private higher education network, in fact PUC GO. This was a descriptive research explaining the phenomenon that was observed with the use of qualitative data, in addition to the use of quantitative data to verify and evidence the responses obtained. The research consisted of the application of a questionnaire with standardization questions of an objective nature and multiple choice questions, which were divided into two parts: the first part is designed to identify students and understand their personal data, and the second part consists of related questions the identification of their socioeconomic profile.

Key-words: Students. Public network. Education.

¹ Acadêmico do curso de administração da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – hiago.pcr@gmail.com CPF: 700.736.691-05

² Mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Planejamento Estratégico (UFSC) Professor Efetivo do curso de Administração PUC Goiás – laraich@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é estudar o perfil dos ingressantes no curso de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO) oriundos da rede pública do ensino.

O ensino superior no Brasil principalmente a partir da década 1990 vem sendo objeto de desejo e motivo de orgulho para muitos jovens e adultos. Verificando esta demanda, se observa que esse contexto possibilita um encadeamento na crescente oferta de vagas para o ensino superior no Brasil.

A PUC GO foi criada em 1948, pelo arcebispo D. Emmanuel Gomes de Oliveira e é mantida pela Sociedade Goiana de Cultura (SGC). Na Instituição, o aluno poderá estar cursando uma Graduação ou Pós-Graduação, além de poder também estar cursando outros cursos como a PUC idiomas e os cursos de extensão. Exercendo o papel social, a PUC Goiás possui uma gama de bolsas de estudo como: Bolsa de Incentivo à Cultura (BIC), Bolsa Iniciação Científica (BIC/PROPE), Programa Universidade para Todos (Prouni), Bolsa Universitária (OVG), Crédito Universitário, entre outras.

O curso de Administração na PUC GO tem como objetivo formar profissionais proativos, flexíveis, com capacidade criativa, comunicação e visão crítica, dotados de uma visão sistêmica dos principais enfoques necessários para a gestão das organizações. O curso possui diversas vantagens, por se tratar de uma área muito vasta, o profissional de administração poderá escolher em qual setor desejará atuar, podendo ser nas áreas de logística, finanças, marketing ou gestão de pessoas, entre outras. Conforme consta na Portaria 271 de 03/04/2017 do Ministério da Educação (MEC), o curso possui uma duração de 8 semestres – 4 anos, tem aulas nos períodos matutino e noturno e possui 360 vagas, 120 matutino e 240 noturnos.

Segundo o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no censo da Educação Superior em 2019, 8.603.824 alunos se matricularam no ensino superior, tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino para a graduação. Nas principais estatísticas das Instituições de Ensino Superior - IES naquele ano, o curso de Administração presencial e ensino à distância somados, representou, na parcela do resultado geral, uma amostra de 613.814 alunos matriculados, sendo um total de 52.676 matrículas na rede pública e 561.138 na rede privada de ensino. O curso de administração está bastante presente entre os pensamentos de escolha dos jovens que optam pela educação superior.

Acredita-se que a formação no ensino fundamental e médio interfere diretamente no desempenho dos alunos de ensino superior, principalmente quando os alunos são oriundos de escolas públicas. Ressaltando essa realidade, é notório e expressiva a quantidade de alunos oriundos da rede pública de ensino que ingressam na rede privada quando querem dar sequência aos estudos e adentram em uma IES particular. Outros fatores socioeconômicos e culturais também exercem influência na formação desses alunos antes mesmo de ingressar numa IES.

A partir de pesquisa feita no site da Secretaria de Modalidade Especializada de Educação (SEMESP) conclui-se que a rede privada de educação representa 75% na participação dos alunos do ensino superior, ou seja, a cada 4 alunos 3 estão numa instituição privada; tanto na IES pública como na privada, a maioria dos alunos é vinda do ensino médio público. No ensino superior privado, 68,5% dos alunos são oriundos do ensino médio público e 31,5% do privado. Também na rede pública o percentual não muda muito, 60,1% vieram do ensino médio público e 39,9% do ensino médio privado. Diante de dados obtidos no censo de educação básico do mesmo ano, acessado pelo site do INEP, de 7,5 milhões de alunos, 87,5% desses alunos são formados na rede pública, o que justifica a realização desta pesquisa que deve trazer à luz dados de interesse relativos ao perfil socioeconômico dos mesmos.

Este trabalho tem como objetivo geral conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes oriundos da rede pública de ensino que ingressam no curso de Administração da PUC GO. E como objetivos específicos: caracterizar o contexto que envolve as tomadas de decisões

alinhadas às escolhas do curso superior desses alunos; conhecer os fatores socioeconômicos dos estudantes; identificar os recursos financeiros para subsidiar o ensino na rede particular; conhecer a autoavaliação que esses alunos fazem de sua formação na rede pública de ensino; verificar se dispõem de tempo exclusivo para estudar ou se compartilham seu tempo com outras atividades, principalmente as laborais.

A pergunta que a pesquisa responde é: Qual o perfil socioeconômico dos alunos da rede pública de ensino que ingressam no curso de Administração na PUC GO?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico é apresentada a pesquisa bibliográfica que foi usada para fundamentar o trabalho, com o objetivo de subsidiar um maior entendimento sobre o assunto. Primeiramente, são explicados quais são as políticas públicas que facilitam o ingresso dos estudantes no ensino superior, logo após é apresentada a origem do curso de administração no Brasil. Em seguida são apresentados dados sobre os estudantes trabalhadores.

2.1 Investimento Público na educação superior

A educação é amparada pela Constituição Federal de 1988 como direito social, civil e político independente de religião, situação financeira, cor, raça e orientação sexual, não há distinção. Como a moradia, saúde, alimentação e o trabalho, a educação é papel do Estado e cabe a ele proporcionar uma educação que possua qualidade a todos, (de 4 a 17 anos) período que se compreende como formação básica, o ensino deve ser gratuito e obrigatório, assegurado nos artigos da Constituição. (BRASIL, 1988).

Objetivando uma educação com maior qualidade, o Fundo Nacional de Desenvolvimento, uma autarquia Federal que foi criada pela Lei nº 5537 de 21 de novembro de 1968, e modificado pelo decreto lei nº 872 de 15 de setembro de 1969, é a lei responsável pela execução das políticas educacionais pelo MEC. Visando promover uma educação de qualidade, os vinte e seis estados e mais de cinco mil municípios são atendidos. (Fonte: FND).

A Partir da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), as políticas de fundos ganharam maior conscientização intergovenamental (ABRUCIO, 2010). Políticas foram ampliadas com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). O FUNDEB possuía como duração inicial estipulada por quatorze anos (2007 a 2020) e em dezembro de 2020 foi assinado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro um novo FUNDEB com prazo prorrogado até 2026. Ele foi criado para substituir o FUNDEF, tendo em vista corrigir algumas falhas mediante esta emenda, agregando toda a educação básica e não só priorizando o ensino fundamental. (DAVIES 2008).

A composição do FUNDEB é dada a partir de taxas, contribuições sociais e impostos municipais, estaduais e federais. Dispondo dos valores arrecadados, os repasses para os municípios são feitos de acordo com a quantidade de matrículas na rede escolar pública ou conveniada.

Independentemente da fonte de origem dos valores que compõem o Fundo, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração. Além das fontes de receita de impostos e de transferências constitucionais dos Estados, Distrito Federal e

Municípios, integram a composição do Fundeb os recursos provenientes da União a título de complementação aos entes federados que não atingiram o valor mínimo por aluno/ano definido nacionalmente ou que efetivaram as condicionalidades de melhoria de gestão e alcançaram a evolução dos indicadores a serem definidos sobre atendimento e melhoria de aprendizagem com a redução das desigualdades. regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. (FUNDEB, 2021)

O novo FUNDEB vem recebendo gradativos aumentos na arrecadação vindos da União, até alcançarem 23% em relação aos recursos que formarão o fundo total em 2026. Deixou de ser 10%, no antigo modelo do FUNDEB extinguido em dezembro de 2020, e passará a ser 12% em 2021, em seguida será de 15% em 2022, 17% em 2023, 19% em 2024, 21% em 2025 até alcançar 23% em 2026. (FUNDEB, 2021).

Todos os Investimentos feitos pelos governos estaduais, Distrito Federal e Municípios podem ser monitorados pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), que recebe informações declaradas no sistema. As informações podem ser consultadas no site do FNDE.

2.2 A graduação em administração no Brasil

No Brasil a educação comercial e superior teve início por volta de 1808, com a chegada da Família Real no Brasil. O Rio de Janeiro, ao se constituir como capital do Império Português, contribuiu para que a economia brasileira se tornasse mais complexa, suprimindo as demandas anteriores que evidentemente não existiam. No ano de 1808 também foram criadas as cadeiras de Economia Política no Rio de Janeiro, em 1809 as aulas de comércio deram início. (PELEIAS, SEGRETI, SILVA et al., 2007). Em 1856 as aulas de comércio foram substituídas por aulas de ensino sistemático de técnicas comerciais no Brasil, elaboradas pelo Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Já por volta da metade do século XIX, era discutida a criação de um curso superior voltado para a administração pública. (COELHO e NICOLINI, 2014).

Ainda no século XIX, os ensinamentos acerca de administração e economia se davam, principalmente nos cursos de Direito, como nos de São Paulo e Olinda. (SANSON, 2004). A “emancipação da ciência econômica, sua conformação como corpo doutrinário específico é processo que se dá durante o século XIX. Até então, as preocupações com os problemas econômicos são parte do que se chamava Filosofia Moral (PAULA, 1991, p. 24). A constituição das Ciências econômicas só se deu no século XX, na forma de economia política e de administração pública e privada. (PAULA, 1991)

Em 1931 o governo de Getúlio Vargas estipulou o curso superior de Finanças e Administração, os frequentadores podiam ser egressos do ensino comercial. A amplificação do tamanho do Estado e da atuação Governo Federal, somando às transformações evidentes na economia, evidenciavam cada vez mais a necessidade de pessoas capacitadas a atuar no governo e levar adiante os negócios públicos e privados. (COELHO, 2006). O autor continua a citar que o Governo Getúlio Vargas se preocupava ainda em inserir no setor público uma elite qualificada, ligada diretamente com a relação da gestão do Estado, que a cada dia recebia mais importância no cenário brasileiro.

Segundo o site do INEP, no censo do ensino superior de 2019, a rede privada de educação representa 75% do número de alunos do ensino superior no Brasil. A rede privada de ensino foi um dos grandes motores da expansão no ensino no Brasil. Em 2019 na rede privada foram 4.231.071 de matrículas em cursos presenciais e 2.292.607 no sistema de ensino a distância (EAD). Segundo o censo da educação superior do INEP de 2019 o curso de administração é o segundo curso mais procurado do Brasil com 8,2% do número de

ingressantes, ficando atrás somente do curso de pedagogia com 10,4%. Estudo realizado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) no ano de 2018, a região do Centro-Oeste é a 4ª maior do Brasil em relação ao total de matrículas no ensino superior 9,2%. Em Goiás os números foram de 204.838 matrículas nos cursos presenciais e 50.975 de matrículas no sistema EAD.

2.3 Políticas de inclusão social no ensino superior privado

No Brasil, o acesso ao ensino superior enfrenta algumas barreiras, historicamente quando os alunos são oriundos da rede pública de ensino básico. Alguns desafios são encontrados quando os alunos principalmente de baixa renda querem adentrar em uma IES para dar continuidade aos seus estudos. Uma alternativa para os alunos que não conseguiram ingressar em universidades públicas é a rede privada, porém, para isso é necessário ter um desembolso financeiro, com isso é recorrente a busca de formas para seu custeio.

Uma aplicação na democratização do ensino superior no Brasil se deu com a implantação de políticas públicas como: Políticas afirmativas voltadas para a rede pública e as bolsas e financiamentos para a rede privada que são políticas governamentais implementadas no setor privado. (Neves, Morche e Anhaia, 2011).

Ristoff (2014) analisou as variações no perfil dos egressos de graduação provindos das políticas alternativas, por exemplo Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). O perfil dos universitários que utilizam dessas políticas públicas criadas para possibilitar mais oportunidades de ingresso no ensino superior são trabalhadores de baixa renda, pardos, pretos e indígenas.

2.3.1 Programa universidade para todos – PROUNI

O PROUNI é um programa do Ministério da Educação (MEC) que possui o objetivo de oferecer vagas de ensino superior em universidades particulares com ou sem fins lucrativos, exclusivamente para alunos de baixa renda. O programa oferece para as IES alguns benefícios como isenção de alguns tributos. Ele foi regulamentado por meio de Medida Provisória no 213/2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005 (Brasil, 2005).

O programa visa conceder bolsas de estudo parcial (50%) e integral (100%) para os cursos de graduação na rede privada. A partir de 2007 foi criada uma regra que permite que os alunos contemplados com a bolsa de estudo parcial possam financiar a outra metade da parcela mensal com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) desde que a sua IES esteja cadastrada nos dois programas.

Para o candidato ser contemplado com a bolsa parcial ele precisa atender alguns critérios como renda bruta de até 3 salários mínimos por pessoa. Já para a bolsa de estudo de 100%, a renda bruta deve ser de até 1,5 salários mínimos por pessoa.

Além disso para ambas as bolsas, o candidato deverá ter atendido ao menos um dos critérios: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em escola da rede privada como bolsista integral da própria escola, ser pessoa com deficiência ou ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição, e concorrer a bolsas de estudo em cursos de licenciatura (nesse caso não é exigida a comprovação de renda).

2.3.2 Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior – FIES

O FIES é um programa do Ministério da Educação, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. O objetivo é conceder o financiamento estudantil para cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas, aderentes ao programa.

Segundo o Site do Fundo de desenvolvimento da Educação, o financiamento mínimo estudantil é de 50% e o máximo 100%. Há vários tipos de perfis que podem ser contemplados com o financiamento estudantil, para estudantes com renda familiar mensal de até 10 salários mínimos, o máximo é 100% de financiamento desde que o comprometimento da renda familiar bruta não ultrapasse 60% da renda mensal. Para estudantes com renda familiar entre 10 a 15 salários mínimos, o máximo financiável é de 75% desde que o comprometimento familiar bruto mensal não seja afetado em 40%. Já para os que possuem renda familiar mensal acima de 15 salários mínimos, o máximo financiável é de 50% desde que não ultrapasse um comprometimento da renda mensal em 20%.

2.4 Políticas de continuidade

2.4.1 Programa nacional de assistência estudantil (PNAES)

De acordo com o Site do MEC, o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES foi criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, surgiu com a ideia de democratizar o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda, em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior e possui o objetivo de viabilizar igualdade de oportunidades, reduzir o nível de evasão, melhorar o desempenho acadêmico e aumentar a taxa de retenção. De competência da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior, no âmbito da Coordenação-Geral de Relações Estudantis (Dippes/CGRE), as metas dessa política são: Reduzir as taxas de evasão e retenção na educação superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e elevar as taxas de diplomação na educação superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção da melhora do desempenho acadêmico. Em 2019, 1,07 bilhões foram alocados para a execução do projeto. Em 2017, 303.739 estudantes estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2.4.2 Programa de bolsa permanência (PBP)

De acordo com o Site do MEC, o Programa Bolsa Permanência (PBP) foi instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, é uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente indígenas e quilombolas, visando contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados e, desta feita, minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais. As metas do PBP são: Reduzir as desigualdades sociais e étnico-raciais no âmbito do ensino superior, viabilizar a permanência no curso de graduação e contribuir para a diplomação desses estudantes.

2.4.3 Programa bolsa permanência prouni (PBP Prouni)

Regulamentado pela Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011, o Programa Bolsa Permanência Prouni (PBP Prouni) oferece auxílio financeiro ao bolsista integral do Prouni, cuja exigência de renda é de até um salário mínimo e meio por pessoa da família. O PBP Prouni é da competência da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior, no âmbito da Coordenação-Geral de Políticas de Educação Superior (Dippes/CGPOL). Ao obter a bolsa integral do Prouni, o estudante matriculado em um curso presencial que tenha, no mínimo, seis semestres, pode requerer uma bolsa, no valor de R\$ 400,00 mensais para custeio das despesas educacionais, como material didático, alimentação e transporte. Principais metas: Conceder bolsa a 100% dos estudantes aptos a seu recebimento.

2.5 Dupla jornada – o estudante trabalhador

Diante da vontade do jovem em ingressar no ensino superior e concretizar o seu ingresso, há um obstáculo que é necessário observar, o trabalho. Em alguns casos a rotina de trabalho atrapalha o rendimento acadêmico, em outros, a falta do trabalho impede que o jovem estude.

Ter que alternar entre os horários para estar trabalhando e estudando é uma rotina que muitos jovens brasileiros enfrentam. É uma situação recorrente e que influencia diretamente a permanência e conclusão dos estudos. Segundo A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizado pelo IBGE em 2019, a faixa etária dos jovens entre 18 a 24 anos, que é a idade dos que idealmente deveriam estar cursando o ensino superior, 21,7% não trabalhavam e só estudavam, 35,1% só trabalhavam, 16,7% trabalhavam e estudava e 26,5% não trabalhava, nem estudava. O mesmo levantamento aponta que 56,3 dos alunos matriculados em uma graduação precisam exercer uma atividade remunerada para poder agregar no orçamento familiar e pagar a faculdade.

O trabalho e o estudo podem ser conjugados porque tanto existe o trabalho em tempo parcial quanto os cursos noturnos. O jovem que se desdobra entre essas duas atividades, igualmente solicitadoras e absorventes, apresenta, portanto, algumas características peculiares. Trabalho parcial: acentua o divórcio entre interesses e necessidade, sem concentrar-se neste ou naquele setor, se dilui entre estudo e trabalho, convertendo-os em atividades precárias e insatisfatórias. Contudo, nesse caso, o trabalho é o setor mais atingido por ser, na perspectiva do estudante, um trabalho incompleto e parcial. O estudante que trabalha vive a fragmentação do estudante: não estamos mais em presença de um mero intervalo que possibilita, como numa fuga, a realização de determinada atividade. Estamos diante de um intervalo amplo que marca, porque separa em tempos sociais distintos, o trabalho e o estudo. (Foracchi, 1977, p.51)

Esta situação, para Arroyo (1991), é caracterizada com o estudante-trabalhador, em via contrária há também o trabalhador-estudante, (Foracchi, 1977) descreve que a segunda caracterização é a mais delicada pois nesse caso o trabalhador está estudando e com isso o estudo não está em primeiro plano, e sim em contingência, possuindo importância acessória.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2021, tendo como público-alvo os alunos de graduação do Curso de Administração regularmente matriculados entre o primeiro e oitavo período da PUC GO.

Quanto à natureza, esta pesquisa se classifica como aplicada, uma vez que possui a intenção de analisar uma situação empírica, relacionada com o perfil socioeconômico dos estudantes.

A pesquisa encontra-se fundamentada em base bibliográfica, mediante a consulta a estudos já publicados sobre o tema, como artigos de revistas academicamente credenciados, bases de dados de bibliotecas digitais e autores renomados na área de estudo abrangida por este trabalho.

Para a obtenção dos dados socioeconômicos e laborais foi aplicado um questionário com 22 perguntas padronizadas, de natureza objetiva e de múltipla escolha, divididas em 2 seções: a primeira seção de perguntas tem a finalidade de identificar os alunos e conhecer seus dados pessoais e a segunda é composta de perguntas relacionadas à identificação do perfil socioeconômico.

Por intermédio da Coordenação do Curso foi aplicado o questionário mediante o envio de um link para o e-mail dos estudantes, contendo o formulário eletrônico (*google forms*), com resposta voluntária. Foi recebido um total de 52 questionários respondidos para tabulação, a qual foi feita através da alocação dos dados em planilhas excel, para facilitar a análise dos dados e a apresentação dos resultados em percentuais, através de gráficos.

Trata-se também de uma pesquisa descritiva, uma vez que explica o fenômeno observado, facilitando seu entendimento, mediante a utilização de dados qualitativos que descrevem os dados de forma narrativa, além de dados quantitativos para dimensionar numericamente a frequência de respostas às perguntas do questionário.

Vale ressaltar que não houve a participação direta do pesquisador e, portanto, não houve a interferência, do mesmo, nos resultados alcançados. Outro aspecto a evidenciar é que se trata de pesquisa do tipo estudo de caso, uma vez que o estudo se encontra circunscrito à realidade e normativas impostas pela instituição de nível superior onde foi feita a pesquisa. Outros estudos poderão ser realizados com este mesmo propósito em outras instituições de nível superior para ampliar a abrangência do estudo.

4 DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS LEVANTADOS.

A pesquisa científica fornece soluções para problemas sociais. Em outras palavras, resultados de pesquisas publicados em artigos ou congressos têm o mesmo objetivo: melhorar determinados processos. A seguir são apresentados os dados levantados com a aplicação dos questionários.

4.1 Origem da rede de ensino do estudante

Inicialmente, a pesquisa procurou identificar qual era a origem de rede de ensino dos alunos do curso de Administração da PUC-GO, sendo que era direcionado especificadamente para os alunos oriundos da rede pública. 65% dos estudantes de Administração são vindos da rede pública e 35% vieram da rede privada do ensino básico (Figura 1).

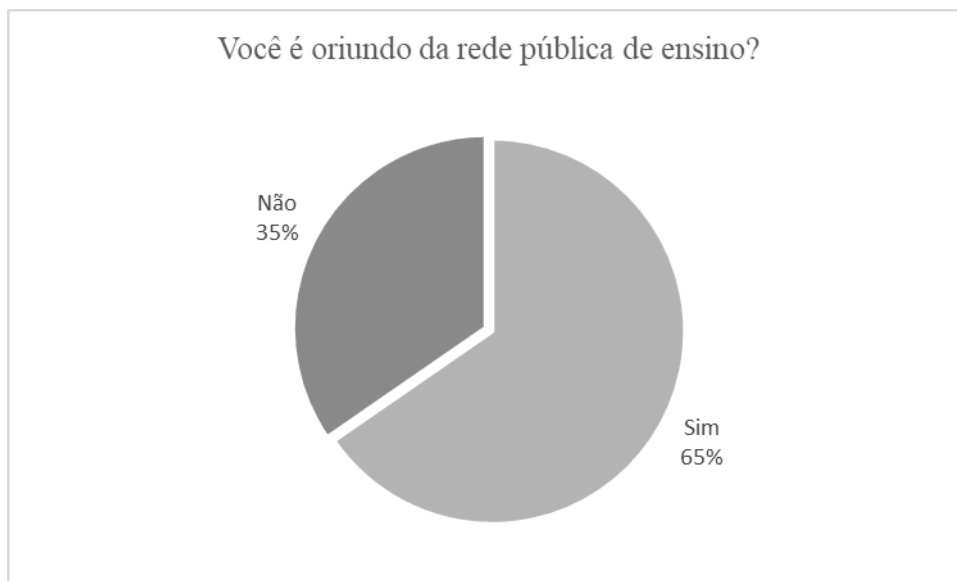


Figura 1 – Origem da rede de ensino
 Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.2 Ano e turno cursado pelo estudante

Essa questão foi para identificar qual o ano que os alunos estão cursando e qual o turno em que frequentam as aulas. Os alunos do 4º ano se mostraram mais engajados na pesquisa, totalizando 51% dos participantes (Figura 2). O turno com maior presença de alunos da rede pública é o noturno com 64%, como já era de se esperar (Figura 3).

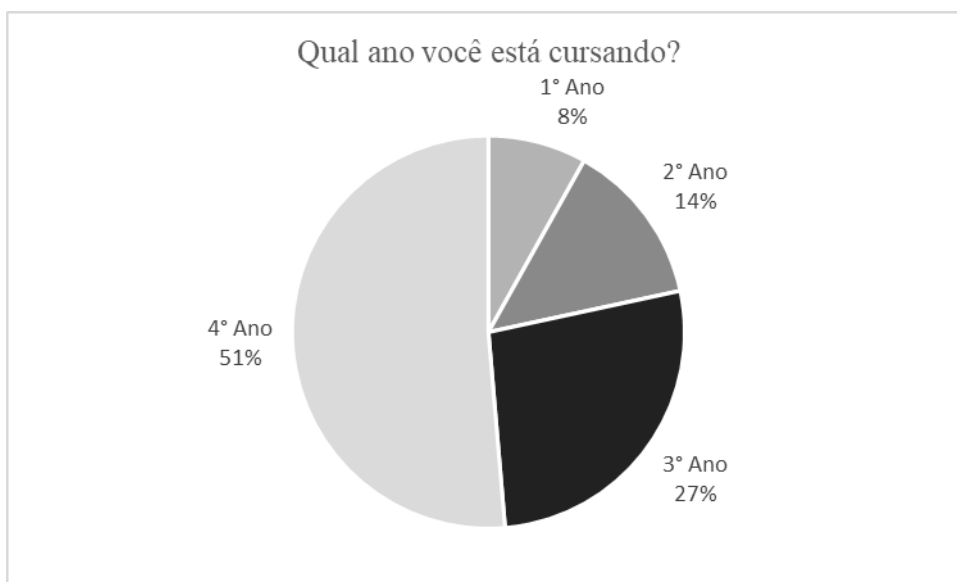


Figura 2 – Ano cursado pelos alunos
 Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

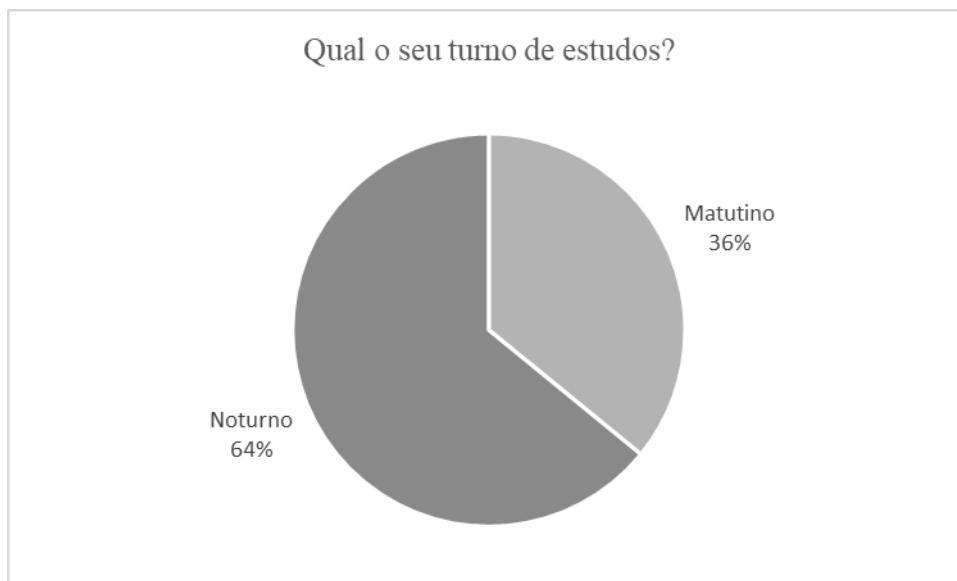


Figura 3 – Turno de estudos dos alunos
 Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.3 Gênero dos participantes

Do mesmo modo foi feita uma pesquisa para identificar o gênero dos participantes. Ficou constatado que o público feminino foi o que mais teve participação com 69% e apenas 31% dos homens participaram (Figura 4).

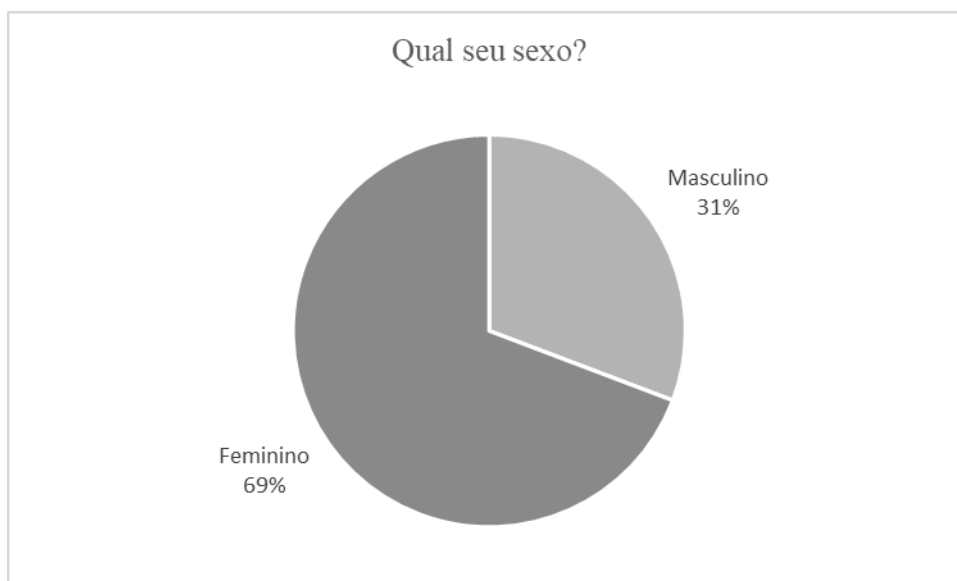


Figura 4 – Gênero dos participantes
 Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.4 Idade e estado civil

Com relação à idade dos participantes, os jovens com idade acima dos 18 anos e até os 23 anos são a maioria totalizando 56% (Figura 5). Esse resultado já era esperado, tendo em vista que é a idade que normalmente os alunos saem do ensino médio até a conclusão do ensino superior. Também foi questionado o estado civil e 77% dos participantes informaram que são solteiros (Figura 6).

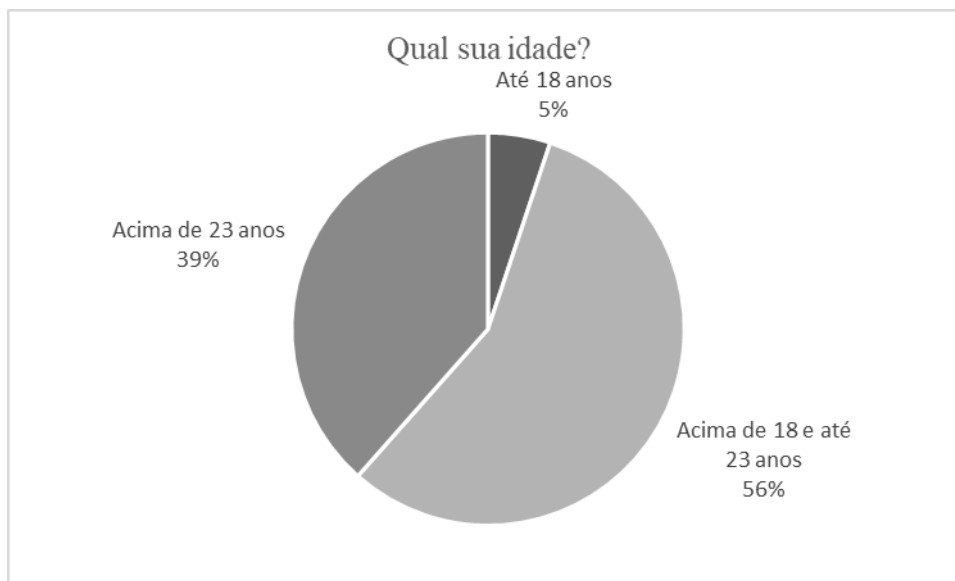


Figura 5 – Idade dos participantes
 Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

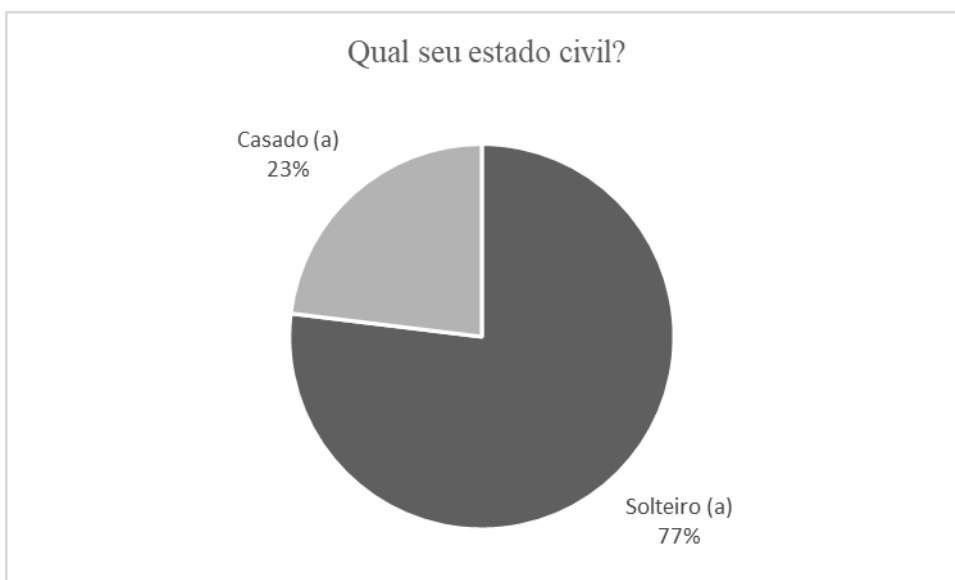


Figura 6 – Estado civil dos participantes
 Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.5 Como entrou na rede privada do ensino superior

Foi também levantada a questão se os alunos entraram na PUC-GO utilizando de algum sistema de cotas e 64% dos alunos afirmam que não utilizaram o sistema de cotas e 36% afirmaram que sim utilizaram cotas (Figura 7).

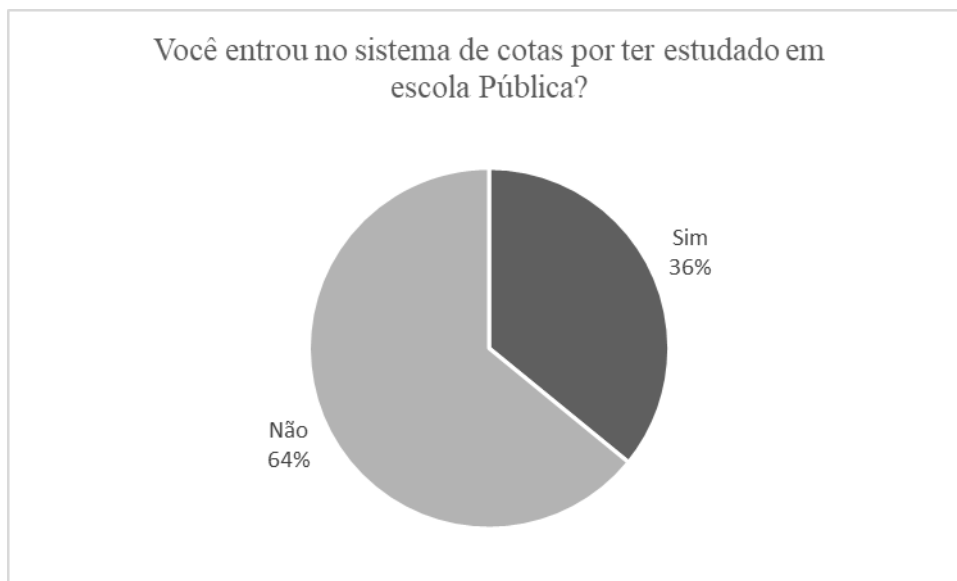


Figura 7 – Uso de cotas

Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.6 Motivo da escolha de instituição privada

Foi perguntado qual era o motivo desses alunos escolherem o ensino privado, mais da metade, 51%, alegaram que o motivo se deve a não ter conseguido entrar na universidade pública. Somente 10% informaram que prefeririam devido a qualidade do ensino privado (Figura 8).

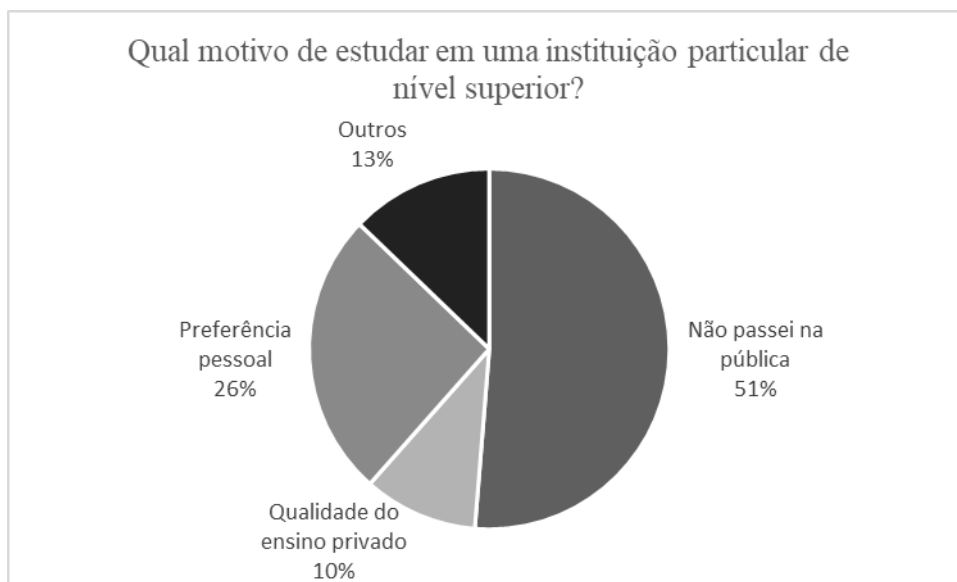


Figura 8 – Motivo dos participantes para escolher a rede privada de ensino superior

Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.7 Do motivo da escolha do curso de Administração

Quando foi questionado aos participantes quais eram os motivos que influenciaram a escolha no curso de Administração, dois motivos foram os mais preponderantes: a motivação profissional 41% e a motivação pessoal 33%. Acredita-se que tal constatação seja pelo fato de

os estudantes já trabalharem na área administrativa e quererem se desenvolver mais na sua área e isso geraria uma realização pessoal (Figura 9).

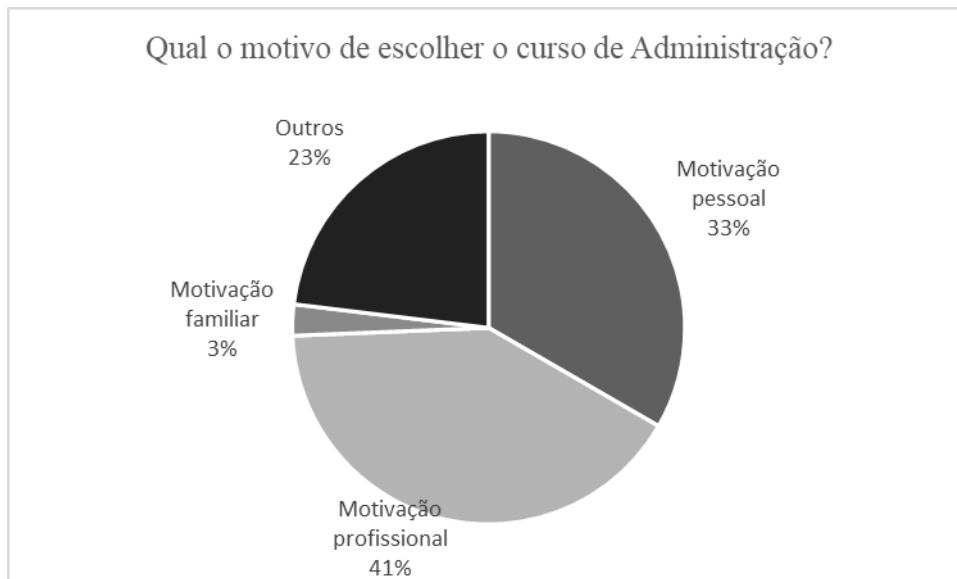


Figura 9 – Motivo dos participantes para escolher o curso de administração
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.8 Renda do aluno

Foi levantada a questão sobre a condição financeira dos alunos entrevistados e 39% dos entrevistados afirmaram que possuem renda acima de 1 salário mínimo e até no máximo 2 salários mínimos. 16% dos entrevistados afirmam que não possuem nenhuma renda (Figura 10).

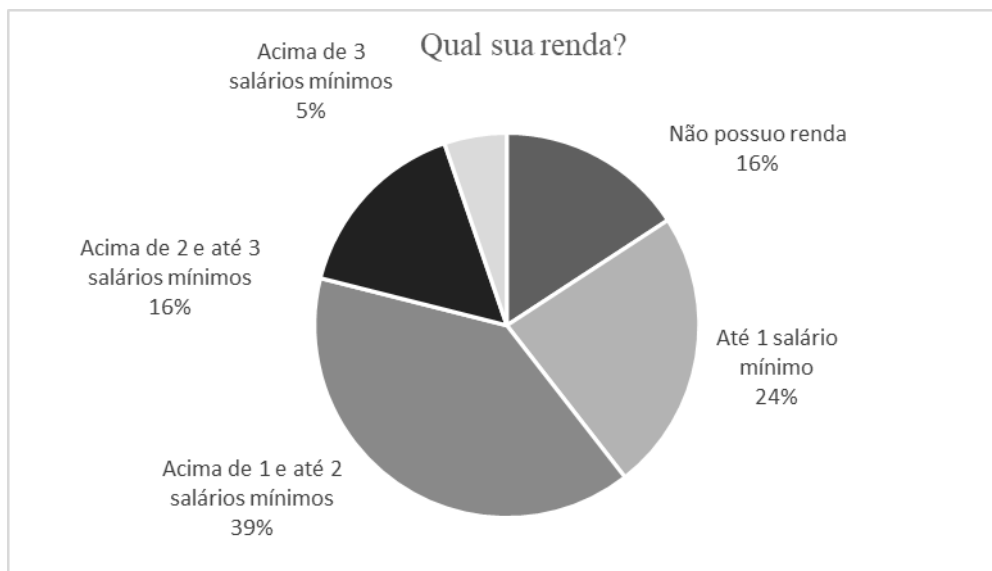


Figura 10 – Renda dos alunos
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.9 Tipo de moradia

Foi questionado também qual era o tipo de moradia dos alunos, a grande maioria mora em uma residência própria 42%. Os que possuem uma residência alugada e os que possuem um financiamento ativo foram respectivamente 21% e 19% (Figura 11).

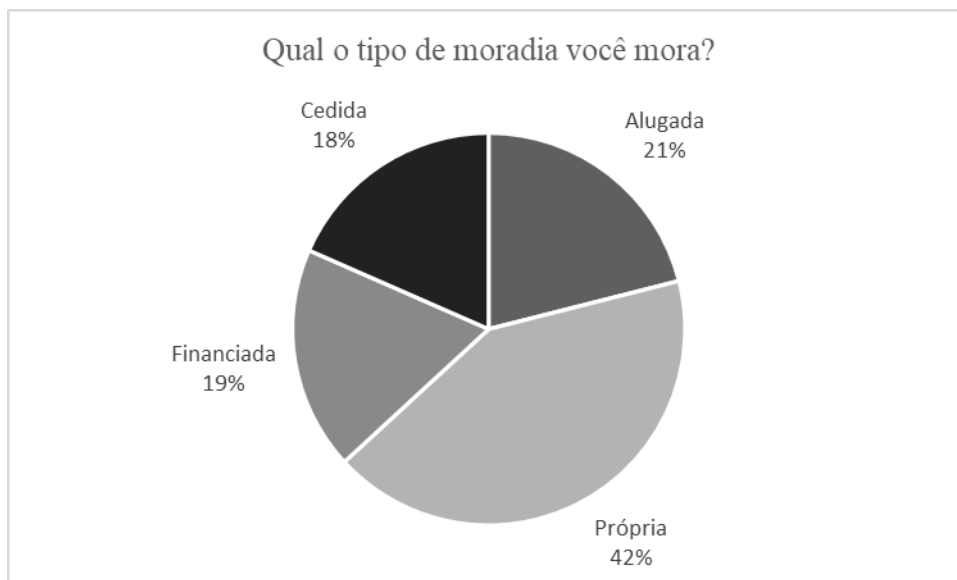


Figura 11 – Tipo de moradia
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.10 Quantidade de pessoas na mesma residência

Na mesma linha foi perguntado quantas pessoas dividem a casa, 31% dos alunos afirmaram que moram com mais de 3 pessoas na mesma casa e 28% com mais de 4 pessoas, apenas 5% dos respondentes afirmam que moram sozinhos. (Figura 12).

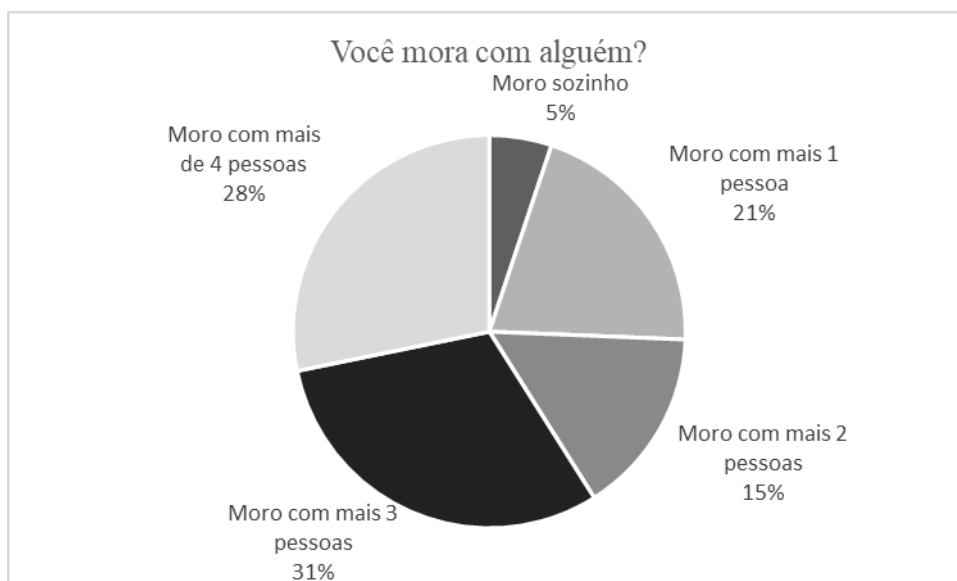


Figura 12 – Quantidade de moradores na mesma residência
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.11 Despesas da casa

Também foi perguntado se o aluno possui alguma participação nas despesas de casa. Os que efetivamente contribuem são 59% (Figura 13).

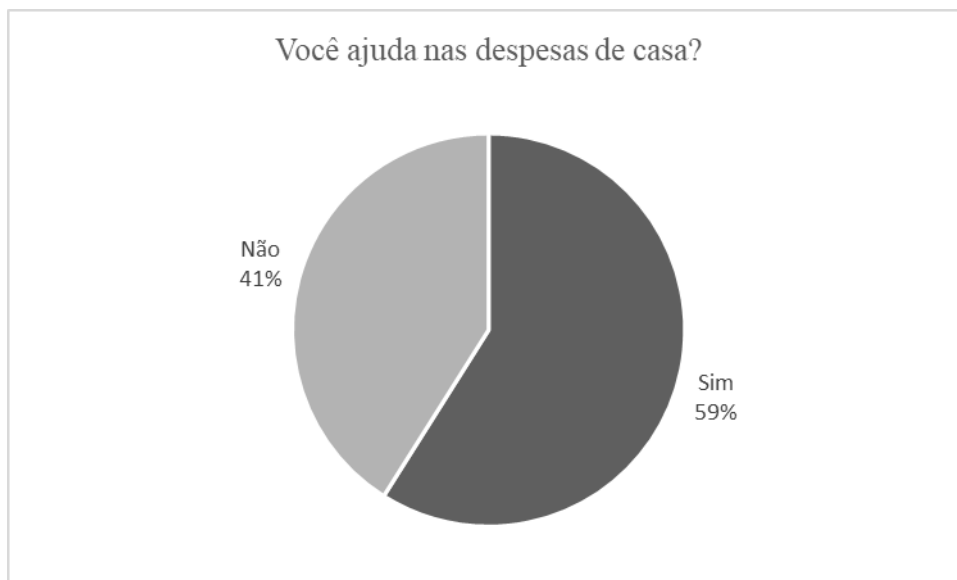


Figura 13 – Participação nas despesas
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.12 Da responsabilidade com o custeio da faculdade

Também foi perguntado quem são os responsáveis por arcar com as despesas relativas ao custeio da faculdade. 33% dos alunos afirmaram que são eles mesmos juntamente com alguma bolsa de estudos são os únicos responsáveis por custear os estudos. 18% dos alunos afirmaram que contam com recursos próprios juntamente com ajuda de uma bolsa de estudos e ajuda dos pais para arcar com as despesas. 21% afirmam que o custeio integralmente das despesas da faculdade é custeado por uma bolsa de estudos integral. (Figura 14).

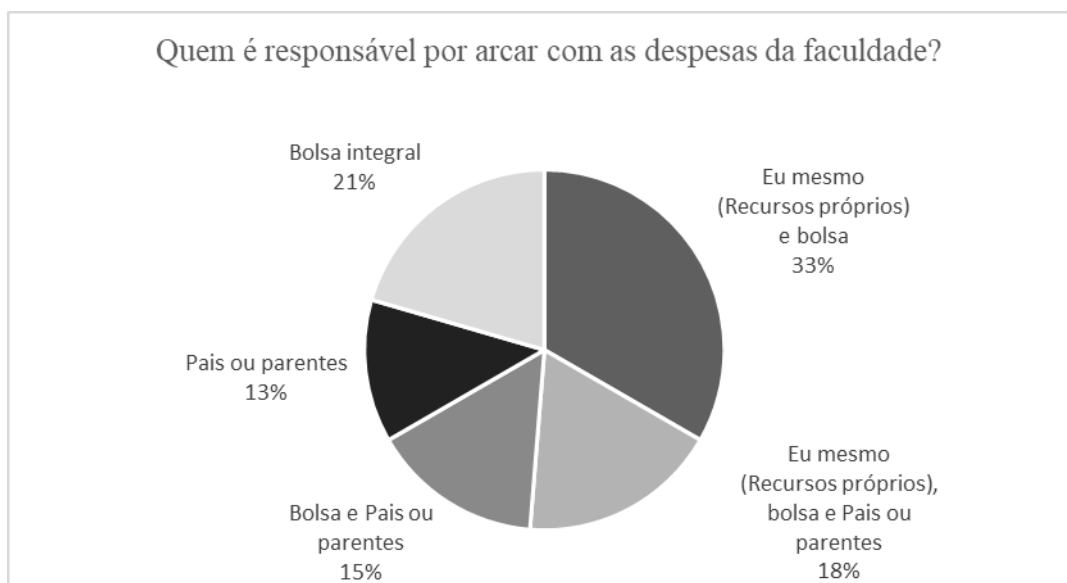


Figura 14 – Responsáveis pelo custeio da faculdade
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.13 Da utilização de bolsa de estudos

Os alunos foram questionados se possuem alguma bolsa de estudos para complementar ou custear integralmente os estudos. 90% dos alunos afirmaram que sim utilizam de uma bolsa de estudos e 10% que não utilizam deste benefício para custear os estudos (Figura 15).

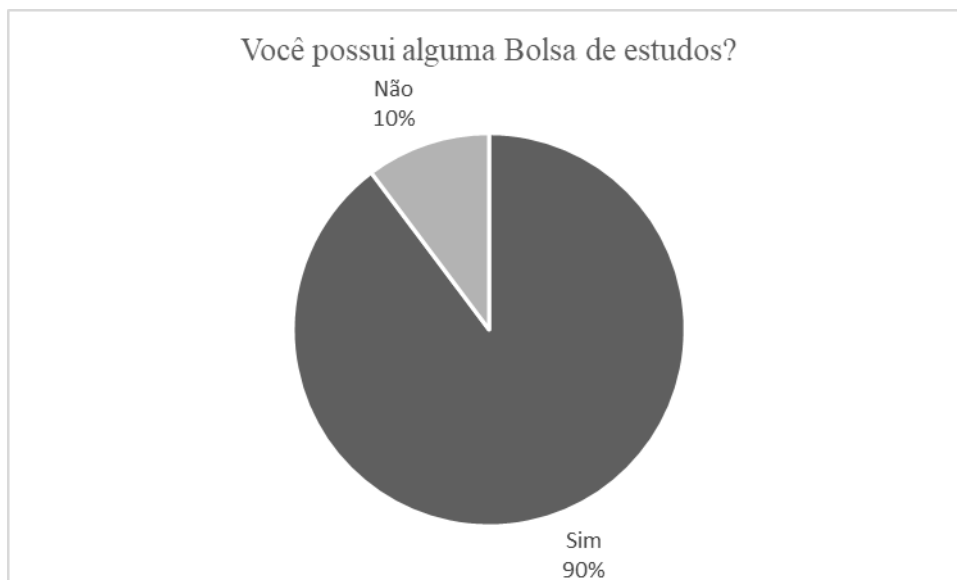


Figura 15 – Utilização de bolsa de estudos
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.14 Tipo de bolsa de estudo

Dentre os alunos que responderam que possuem uma bolsa de estudo, 55% utilizam a bolsa que a própria PUC GO oferece a bolsa do vestibular social, 24% utilizam a bolsa da OVG e 21% utilizam da bolsa oferecida pelo Governo Federal, o Prouni (Figura 16).

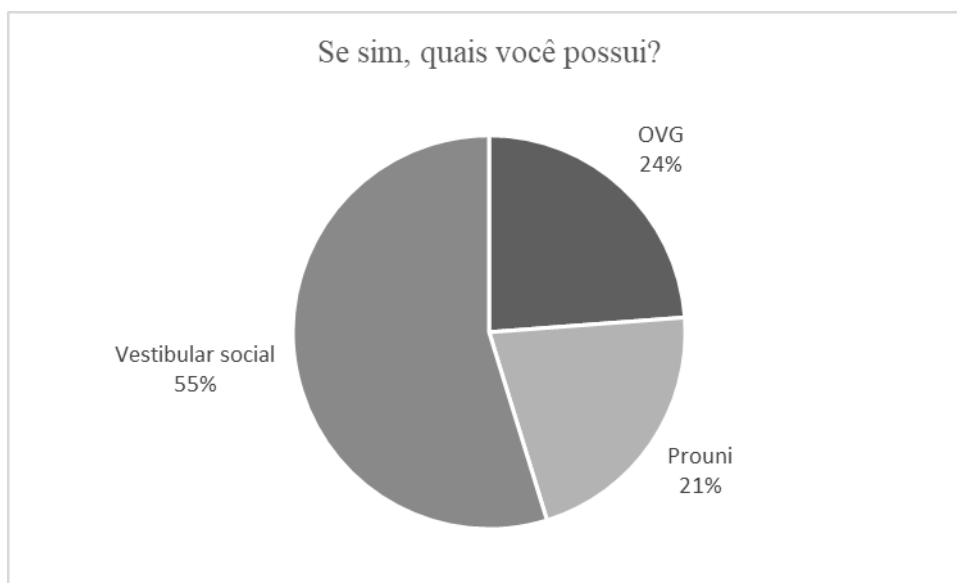


Figura 16 – Tipos de Bolsa de estudo.
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.15 Do ingresso no ensino superior

Foi questionado também quantos alunos iriam ingressar no ensino superior privado caso não possuíssem uma bolsa de estudos e 75% afirmaram que não iriam estudar em uma faculdade privada e 25% afirmaram que sim, ingressariam no ensino superior privado mesmo sem uma bolsa de estudos (Figura 17).

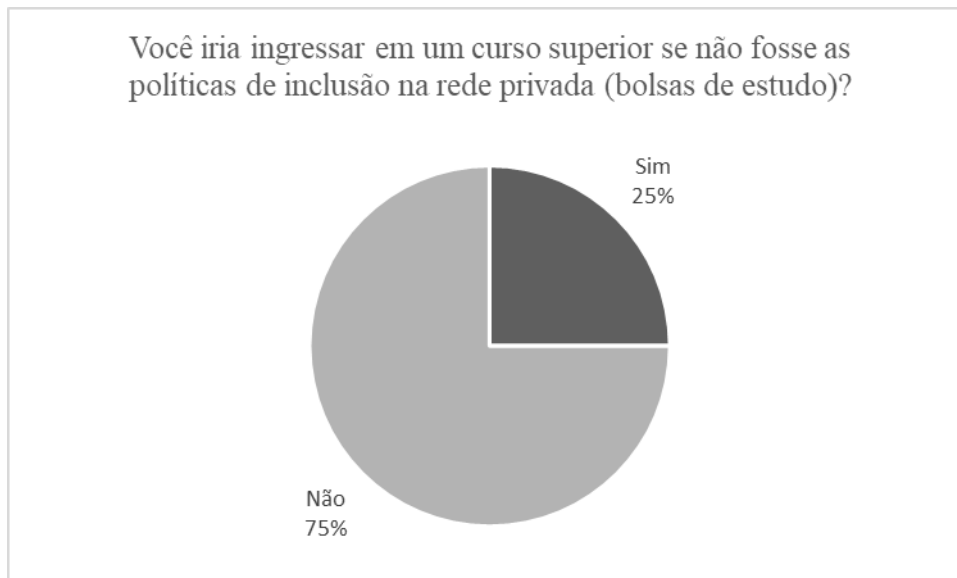


Figura 17 – Ingresso na faculdade com utilização da bolsa de estudos
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.16 Perfil laboral

Foi também levantada a quantidade de alunos que trabalham, 74% dos alunos afirmaram que atualmente trabalham e conseqüentemente dividem seu tempo com os estudos, 26% não trabalham e possuem tempo exclusivamente para os estudos (Figura 18).

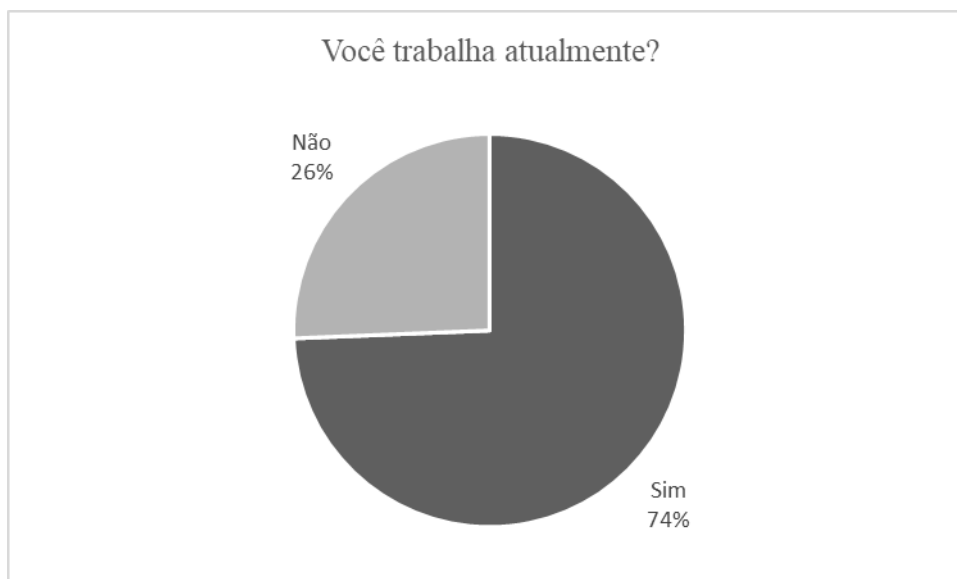


Figura 18 – Quantidade de alunos que trabalham
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.17 Do perfil do trabalhador

Dos alunos que responderam que trabalham, 50% estão em regime de trabalho CLT e 40% são estagiários, 3% são autônomos e 7% se encaixam em outras formas de trabalho (Figura 19).

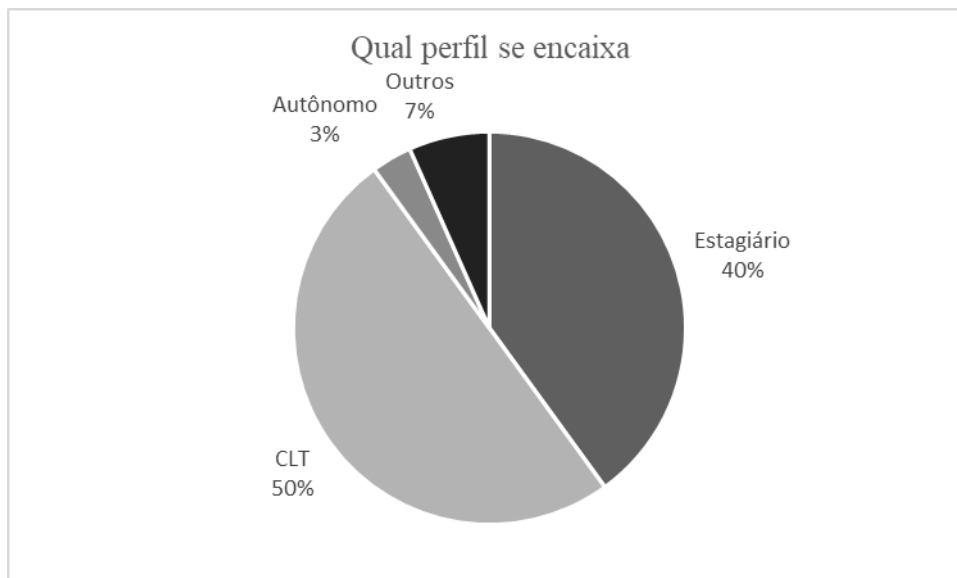


Figura 19 – Tipos de forma de trabalho
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.18 Da carga horária diária de trabalho

Considerando ainda esses alunos que trabalham, 49% possuem uma carga horária diária de trabalho de 8 horas, 19% dos respondentes afirmam que possuem uma carga horária de trabalho superior a 8 horas por dia (Figura 20).



Figura 20 – Carga horária diária de trabalho
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.19 Do desempenho do aluno oriundo da rede pública

Foi questionado aos respondentes se eles consideram que há alguma diferença no rendimento do aluno que é oriundo da rede pública em relação ao estudante que são oriundos da rede privada e as repostas foram equiparadas, 50% acreditam que sim, há uma superioridade de desempenho do aluno com origem na escola privada e 50% acreditam que não há nenhum tipo de diferença em relação ao rendimento acadêmico. (Figura 21).



Figura 21 – Desempenho dos alunos
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

4.20 Da qualidade do ensino médio público

Foi levantada a questão sobre a percepção dos alunos em relação a qualidade do ensino médio público e 76% consideram que o ensino médio público é razoável e ruim, 3% afirmam que considera muito bom (Figura 22).

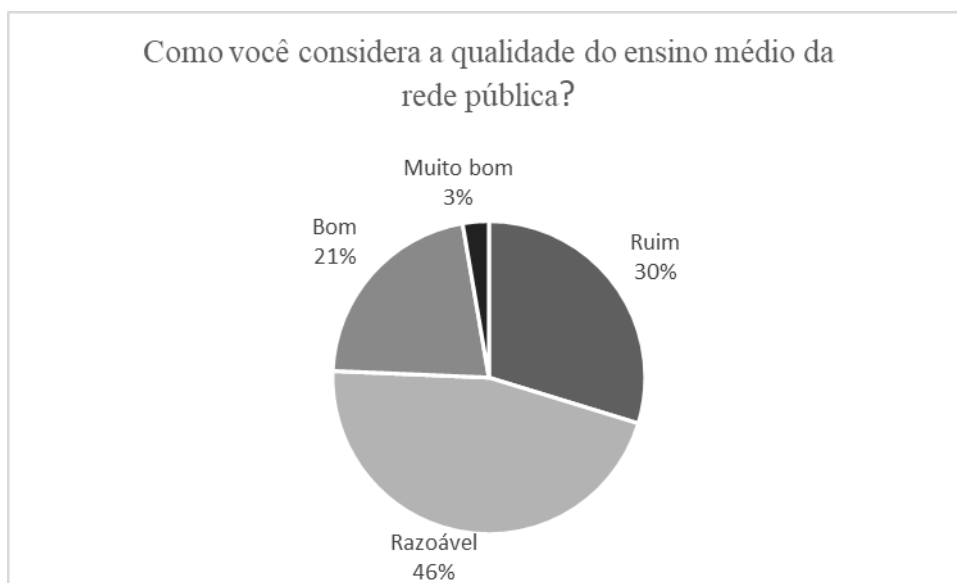


Figura 22 – Qualidade do ensino médio público
Fonte: Acadêmico Hiago Patrick Carvalho Renovato (2021)

5 CONCLUSÃO

Este estudo levanta o perfil socioeconômico dos alunos do curso de Administração da PUC-GO. Foi apresentada a parte teórica do trabalho e, logo adiante, com a utilização de questionários, foram levantados os dados que foram tratados e apresentados em forma de gráficos para facilitar o seu entendimento. Pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foi identificado o perfil socioeconômico do público investigado.

Em relação a identificação do perfil do aluno a pesquisa constatou um grande percentual de mulheres que realizam o curso de administração na PUC-GO, 69%. Outro fato constatado também é que, como já esperado, muitos dos alunos são solteiros 77%.

Foi constatado um expressivo número de estudantes que dividem seu tempo de estudos com atividades laborais. Detecta-se um número considerável de 59% de alunos que colaboram com o orçamento familiar e ajudam nas despesas de casa. Tal fato justifica-se, uma vez que a maioria dos alunos, 64% escolheram o turno noturno para realizar seus estudos, pois necessitam de trabalhar no horário comercial. Um outro fato evidenciado é que muitos alunos independentemente do ano cursado são estagiários, 40%, logo possuem uma carga horária menor de trabalho que fica limitado a 6 horas por dia, no máximo, isso significa que dispõem de mais horas livres para se dedicar as atividades universitárias. Tal fato não é garantidor de um melhor desempenho do aluno, mas sim uma vantagem em relação aos que trabalham o dia todo.

Quando identificado o perfil financeiro necessário para poder custear seus estudos ficou constatado através da pesquisa que muitos alunos, 75%, não iriam ingressar em uma universidade da rede privada, informação constatada com a quantidade de alunos que utilizam assiduamente de bolsas de estudo para custear totalmente seus estudos, 21% dos alunos entrevistados dispõem da utilização de uma bolsa integral Prouni ou OVG. 66% utilizam uma bolsa, porém parcial, logo eles necessitam de um complemento para conseguir pagar seus estudos, essa diferença fica a cargo do próprio aluno ou da ajuda de seus pais ou parentes.

Conhecer a autoavaliação que os alunos fazem na rede pública de ensino foi outro objetivo da pesquisa. Ficou constatado que a maioria, 76%, considera que o ensino público não é satisfatório ou ruim. Porém, quando consultados se o aluno que veio da rede pública possui desvantagem em relação ao desempenho do aluno que veio da rede privada, ficaram divididos, sendo que 50% acreditam que o aluno oriundo da rede privada tem sim um melhor desempenho acadêmico em relação ao da rede pública e 50% acreditam que não há diferença de rendimento, independentemente da origem dos estudantes.

Ressalte-se que os resultados deste estudo não podem ser generalizados porque a amostra inclui somente dos alunos do curso de Administração na PUC-GO. Como sugestão, fica a oportunidade de realizar outros estudos com alunos de outros cursos, como engenharia, direito e medicina, pois possuem uma grande quantidade de alunos matriculados e isso ampliará a identificação dos seus perfis socioeconômicos. Novos estudos podem acrescentar outras características do perfil da rede pública de ensino, como região de moradia, perspectiva profissional, entre outros, que também podem ser relevantes.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento** In: PORTELA, Romualdo de Oliveira e SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010

ARROYO, M. A Universidade, o trabalhador e o curso noturno. São Paulo: Revista Universidade e Sociedade, 1991

Brasil. Lei 11.096, de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111096.htm acesso em: 01 abr. 2021.

Brasil. Lei 10.260, de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10260compilado.htm acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em: 03 abr. 2021.

COELHO, F.; NICOLINI, A. M. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). **Rev. Adm. Pública**, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/98M6LtYmMzq6tJkfNns4NyG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2021

COELHO, F. **Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública - em nível de graduação - no Brasil**. 151f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2488/86594.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.

DAVIES, Novais. FUNDEB: a redenção da educação básica? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 753-774, (Coleção Polêmicas do nosso tempo), 2008. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a07v2796.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FIES Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/perguntas-frequentes-fies?highlight=WyJmaWVzIl0=#:~:text=O%20percentual%20m%C3%ADnimo%20de%20financiam ento,parte%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20de%20ensino> Acesso em 20 Mar. 2021.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-historico>
Acesso em 21 de Mar. 2021

FUNDEB: Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb> Acesso em 18 de Mar. 2021 as 16:12.

FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

IBGE: Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>
Acesso em: 21 de Mar. 2021.

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior de 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf
acesso em: 21 de Mar. 2021.

Ministério da Educação - Programas e Ações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoas>
Acesso em: 23 de Mar. 2021.

NEVES, C. E. B.; MORCHE, B.; ANHAIA, B. C. Educação superior no Brasil: acesso, equidade e políticas de inclusão social. **Controversias y Concurrências Latino-americanas**, ano 3, v. 4, p. 123-140, 2011.
Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107445/000941942.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
Acesso em: 25 mar. 2021

PAULA, J. A. Passado e presente de uma instituição: memória da Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 1991.
PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. et al. Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 18, n. Edição especial, p. 19-32, 2007.
Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>.
Acesso em: 20 mar. 2021.

PNAD EDUCAÇÃO 2019: Pesquisa nacional por amostra a domicílios. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf
Acesso em: 23 de Mar. 2021.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.
Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&nrm=iso
Acesso em: 03 mar. 2021.

SANSON, J. R. De guarda-livros a economistas. Florianópolis: Atualidade Econômica, 2004

SEMESP: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Mapa do ensino superior.

Disponível em:

<https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/dados-estados-e-regioes/centro-oeste/>

Acesso em: 21 de Mar. 2021.